

A linguística e o consumidor: teoria, política e política da teoria

Carlos A. M. Gouveia
FLUL

Seguindo contributos teórico-analíticos de diferentes áreas disciplinares (Foucault, 1980; Capra, 1982; Cetina, 1999; Prigogine, 1997; Martin, 2000; Beaugrande, 1998b), e em função do quadro geral das relações de poder que ao longo dos últimos cinquenta anos têm vindo a configurar a investigação em linguística, o objectivo fundamental desta comunicação é questionar algumas das ideias actualmente prevalentes na disciplina, tomando como objecto particular o caso português, e tendo Halliday (1964) e Martin (1998) como quadro referencial imediato, pelo menos no que diz respeito ao jogo intertextual do título proposto (“Syntax and the consumer”, no primeiro caso, “Linguistics and the consumer”, no segundo).

A partir de uma visão da linguagem como prática social, e assumindo que a realidade social é constituída tanto por estruturas sociais abstractas como por eventos sociais concretos e que a relação entre umas e outros é mediada por práticas sociais, isto é, por formas de actividade social mais ou menos estáveis e permanentes, que concorrem para a constituição de áreas, instituições e organizações sociais (vd. Fairclough, 2005: 77), procurarei ao longo da comunicação analisar algumas das práticas discursivas da linguística em Portugal e em função dessa análise demonstrar como a linguística é hoje, no nosso país, uma disciplina profundamente marcada por relações de poder e de dominação.

Para além de demonstrar que o silenciamento de teorias, de paradigmas de conhecimento, tem sido uma prática sistemática em linguística, procurarei demonstrar ainda que dessa atitude resultaram prejuízos vários ao nível da relação da disciplina com outras disciplinas e, em particular, das aplicações e das representações sociais dos seus resultados nas diferentes áreas e actividades da vida social, nomeadamente a educação (vd. Martin, 2000; Castro, 2003), no caso das aplicações, ou os média e a opinião pública, no caso das representações.

A comunicação analisará a dinâmica das relações entre disciplinas e teorias no seio da linguística, tendo como campo de análise o contexto académico em que esta é investigada e ensinada (procurando indagar que linguística se ensina e investiga em Portugal), o contexto associativo (procurando indagar que linguística se discute publicamente nos encontros da APL, por exemplo), e o contexto dos média (procurando indagar a que propósito e de que modo se fala de linguística nos média).

Construída em função de dicotomias e oposições entre conceitos e constructos teóricos, a linguística vive ela própria, há muitos anos, numa oposição e relação de

forças aparentemente irresolúvel. De um lado, perfilam-se modelos e teorias ditos da linguística funcional, da sociolinguística, da linguística aplicada, da pragmática ou da análise do discurso; do outro, modelos e teorias ditos pura e simplesmente da linguística ou da linguística formal, a linguística propriamente dita, como lhe chamou Emília Pedro (1992: 335), há já catorze anos, no VII Encontro da APL. Sem querer entrar pela discussão das implicações associadas ao uso de cada uma destas designações dicotomicamente construídas, diria que, mais importante do que as designações, todas elas de utilidade e pertinência teórica discutível, já que, por exemplo, formalismo e funcionalismo não são, de todo, termos dicotómicos, é o facto de as mesmas apontarem, efectivamente, para a existência de uma cisão, uma fractura nos estudos linguísticos, demasiadas vezes escondida ou escamoteada. Resultante do modo como é hoje entendida a linguística, tal fractura separa uma linguística dita ciência da cognição de uma outra, dita ciência social. Isto mesmo reconhecem Faria, Pedro, Duarte & Gouveia (1996: 23) quando afirmam que podemos hoje “situar a linguística em dois paradigmas fundamentais: o das Ciências da Cognição e o das Ciências Humanas e Sociais.”

Até aqui tudo bem. Dois paradigmas, duas possibilidades de desenvolvimento e a afirmação de uma possibilidade de diálogo, de uma porta de comunicação entre diferentes ideologias do objecto. Mas se pensarmos que, em Portugal, a hegemonia teórica daquele que, à luz do que atrás enunciei, pode ser referido genericamente como o paradigma cognitivista tem contribuído fortemente para silenciar, de modo sistemático e permanente, as outras formas e métodos de fazer linguística, verificamos que afinal nem tudo está bem. Conseguido, por exemplo, por meio de uma performatividade discursiva, que, internacionalmente e no caso de algumas obras fundamentais de Noam Chomsky, foi analisada em Beaugrande (1998a), mas também trabalhada em Martin (1998), esse processo de silenciamento tem sido sistemático, institucional, individual e, embora muitas vezes inconsciente, quase sempre premeditado. Isto mesmo reconhece Beaugrande (1998a: 765), quando afirma: “In the discourse of 'modern' linguistics, the question of whether the 'reality' of language is mental, material, or social has been evaded by a performative campaign to replace real language with ideal language and to short-circuit mental with material whilst bypassing the social basis of language”.

Entendida como um processo de indirectamente transformar o carácter constativo dos actos de fala (“esta é a verdade porque a realidade é assim”) em acção performativa (“esta é a verdade porque eu assim o afirmo e a minha leitura da realidade é superior à dos outros”), a campanha referida por Beaugrande está exemplarmente demonstrada na recente entrevista de Noam Chomsky a Jozsef Andor (Andor 2004), sintomaticamente intitulada “The master and his performance: an interview with Noam Chomsky” e publicada no primeiro número de uma nova revista, intitulada, também sintomaticamente, *Intercultural Pragmatics*. Voltarei a esta entrevista mais tarde; por agora, deixem-me retomar Faria, Pedro, Duarte & Gouveia (1996: 23) e os dois paradigmas fundamentais da linguística, para vos mostrar como nesse texto se trabalha a menorização de um paradigma à custa da sobrevalorização do outro. Veja-se, por exemplo, o seguinte enunciado: “Cada vez mais, também, alguns aspectos das relações entre diferentes áreas da Linguística, implicadas sobretudo na análise da interacção

verbal, da conversação e da produção discursiva, que claramente situam a investigação linguística no espaço da Ciência Social, têm vindo de modo progressivo a ser incluídos no âmbito mais alargado da Ciência Cognitiva.” Através de pressuposições e implicaturas configuradoras de oposições avaliativas como âmbito restrito vs. âmbito mais alargado ou questões implicadas vs. questões incluídas, o que neste excerto se defende, ainda que de uma forma não transparente, é um esvaziamento de sentido da linguística ciência social, à custa do engrandecimento da ciência cognitiva. Igualmente, no final do texto em questão, é possível assistir ao mesmo fenómeno de engrandecimento e valorização da ciência cognitiva, desta feita por via da performatividade retórica de que fala Beaugrande (1998a), e que, de alguma forma, faz esquecer a existência de outra realidade teórico-disciplinar que não a da ciência da cognição: “As mudanças paradigmáticas permitem facilmente verificar que alguma da reorientação actual se faz no âmbito da Ciência Cognitiva, isto é, no entendimento científico de como funciona a mente humana, critério presentemente irrefutado para uma teoria coerente e consistente da linguagem verbal.”

A afirmação tem duplo alcance: é que a reboque da reorientação da linguística, cada vez mais na direcção das ciências da cognição, se sobrepõe a realidade mental da língua à sua realidade material ou social, encerrando definitivamente a linguagem na mente humana. Ou seja, não há teorias científicas coerentes e consistentes da linguagem verbal que não sejam mentalistas, ou, dito de outra forma, nenhuma teoria científica da linguagem verbal não-mentalista pode ser coerente e consistente.

O afastamento de qualquer aspecto social na caracterização da língua e da linguagem está também presente em Duarte (2004), um texto publicado num jornal semanal e destinado a alimentar uma polémica sobre os programas de português do ensino secundário. A particularidade, neste caso, reside no facto de se compactar numa única nominalização uma série de processos, assim os objectificando e invalidando a sua contradição: “qualquer reflexão sobre o ensino da língua materna e a formação de professores no contexto das novas exigências da sociedade do conhecimento e do estado actual de conhecimentos sobre o processo de aquisição e desenvolvimento da língua materna e sobre as bases neurobiológicas e os processos psico-linguísticos que suportam os seus usos”.

Repare-se que este, como os anteriores exemplos dados, não é de um texto da especialidade. Que os textos produzidos no âmbito do paradigma cognitivo da linguística sejam discriminatórios de outras práticas e de outras teorias é compreensível. Discutível, mas compreensível. Mas não é disso que se trata aqui. Aquilo de que se trata aqui é do modo como é operada a caracterização da linguística, enquanto ciência que estuda a linguagem verbal e as línguas naturais, em textos que supostamente dela deveriam dar uma imagem completa e isenta.

Mas se formos para o modo como a linguística é estudada e investigada em Portugal, a situação não é muito diferente. Veja-se o caso deste XXI Encontro da APL. Das 68 comunicações constantes do programa, cerca de 72 % (49) correspondem a comunicações que seguramente podemos incluir na área da linguística de cariz cognitivo. Mesmo aceitando que a totalidade das restantes comunicações faz parte da linguística de cariz social, incluindo aquelas cuja integração num ou noutro paradigma

não é transparente, o resultado fica-se pelos meros 27 % (19). Dirão que é uma percentagem legítima, considerando a importância do paradigma cognitivo na caracterização da linguística, mas é precisamente esse tipo de manufacturação de consentimento que esta comunicação quer problematizar. A forte presença do paradigma cognitivo a enquadrar as comunicações deste Encontro decorre menos da caracterização da linguística do que facto de esse ser o paradigma de estudo e de investigação dominante em Portugal.

Uma leitura das estruturas curriculares dos dois cursos de linguística existentes nas universidades portuguesas, um na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, outro na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, comprova esta realidade. É certo que da estrutura curricular do curso da FCSH da UNL fazem parte cadeiras como Análise do Discurso, Linguística do Texto, Pragmática ou Sociolinguística, mas também é certo que o seu peso no curso é diminuto, considerando a prevalência de cadeiras como Sintaxe (I e II), Morfologia (I e II), Fonologia (I e II) ou Semântica (I e II), todas elas cadeiras denotadoras de um modo de entendimento da linguagem como um sistema autónomo, componencial e compartimentado, enfim um modelo linguístico do funcionamento da mente humana. Quanto à licenciatura em Linguística da FLUL, nada tenho a dizer, considerando a aridez do respectivo plano curricular no que diz respeito a cadeiras de linguística de base social, de que Sociolinguística, no sétimo semestre, é a honrosa excepção.

Poderão argumentar que nada disto tem a ver com Linguística e que tudo tem a ver com interesses corporativistas e individuais e que os planos curriculares destas licenciaturas apenas reflectem os interesses dos docentes e investigadores envolvidos na sua leccionação e nada nos dizem sobre a caracterização da linguística ou como ciência da cognição ou como ciência social. Assim se explicarão, por exemplo, as diferenças curriculares entre as duas licenciaturas existentes em Portugal, atrás descritas. Tanto pior, pois assim se dá conta do modo como a linguística portuguesa, isto é, os linguistas portugueses pouco ou nada têm contribuído para o verdadeiro ensino da Linguística no nosso país, se por Linguística entendermos, como eu entendo, multiplicidade disciplinar e diversidade teórico-metodológica.

É evidente que poderia continuar por aqui adiante e falar de linguística e educação, de linguística aplicada e do modo como o movimento de articulação entre os estudos linguísticos e o ensino da língua tem sido de disjunção, para usar a imagem de Rui Vieira de Castro (2003). Poderia ainda, a propósito, trazer para discussão a polémica sobre os novos programas de português do ensino secundário e a célebre frase “Os linguistas têm ódio à Literatura” e indagar que imagem da linguística é actualmente veiculada junto da opinião pública. Mas outros o fizeram melhor do que eu poderia fazer. Poderia ainda, se quisesse, repetir uma formulação de Emília Pedro de há catorze anos atrás e perguntar: “que contributo real nos deu a formulação matematicamente rigorosa de regras gramaticais para a compreensão e explicação do modo como as pessoas constroem e verbalizam a sua experiência?” Não o farei, porém. Ao invés, e para terminar, deixem-me antes retomar a entrevista de Noam Chomsky, anteriormente referida. Vejamos o que o linguista americano afirma sobre a linguística de *corpus* (Andor, 2004: 97).

Corpus linguistics doesn't mean anything. (...) suppose physics and chemistry decide that instead of relying on experiments, what they're going to do is take videotapes of things happening in the world and they'll collect huge videotapes of everything that's happening and from that maybe they'll come up with some generalizations or insights. Well, you know, sciences don't do this. (...) They're not going to get much support in the chemistry or physics or biology department. (...) My judgment, if you like, is that we learn more about language by following the standard method of the sciences. The standard method of the sciences is not to accumulate huge masses of unanalyzed data and to try to draw some generalization from them. The modern sciences, at least since Galileo, have been strikingly different.

Note-se como, a partir de uma posição de (pseudo) superioridade científica, Chomsky não só questiona a validade de outros modos de trabalhar em linguística como impossibilita a questionação da sua própria metodologia e da sua forma de fazer ciência, a única possível, a verdadeira, “pelo menos desde Galileu”. Apesar de enunciado por um dos grandes génios do Sex. XX, o que temos neste excerto não é, infelizmente, superioridade científica. Das duas uma: ou é ignorância pura e simples ou então é manipulação e manufacturação do consentimento, o fenómeno tão estudado pelo próprio Chomsky a propósito da política interna e externa do seu país.

Efectivamente, nem a linguística de *corpus* é “to accumulate huge masses of unanalyzed data and to try to draw some generalization from them”, nem as ciências modernas se regem por um método único, standard e inquestionável. Para além disso, evocar Galileu neste contexto é, no mínimo, esquecer todos os desenvolvimentos científico-tecnológicos do século XX e as suas implicações no eco-sistema, quer estas se reportem às relações entre os seres humanos, às relações entre disciplinas ou às relações entre o conhecimento científico e o senso-comum, com reflexos no próprio entendimento de o que é o conhecimento científico. A problematização da noção de ciência, assim como da natureza e do valor do conhecimento científico, é uma realidade inquestionável do último quartel do século XX, como provam as obras de Capra (1982) e Prigogine (1997), por exemplo, mas também a obra de Boaventura de Sousa Santos (1987, 1989, 2000), no caso português, ou de Debora Cameron et al. (1992), no caso da linguística, e as suas defesas, por diferentes vias e formas, de métodos de investigação dialógicos, não distanciadores e não objectificadores.

Em 1964, numa tentativa de diálogo com o modelo de descrição gramatical proposto por Noam Chomsky, Michael Halliday escreveu “Syntax and the consumer”, para apresentar numa das famosas *roundtables* de Georgetown. Com esse texto, Halliday procurava, muitos anos antes, contrariar a possibilidade de existência de uma pergunta como a colocada por Emília Pedro em 1991 (Pedro, 1992) e que reproduzi atrás, tentando que a descrição sintáctica contribuísse, de facto, para a *compreensão e explicação do modo como as pessoas constroem e verbalizam a sua experiência*. Não foi ouvido. A sua ênfase no consumidor passou então despercebida, nos Estados Unidos, como tem passado despercebida em Portugal, ao longo destes anos todos, a sua

teoria sistémico-funcional de descrição linguística (Halliday, 1978, 2004). Talvez essa desatenção se processe porque, ao contrário da linguística do paradigma dominante, a sua linguística seja uma linguística do conhecimento consumível, uma linguística instrumental, que não está preocupada com os modos como os nossos genes constroem a forma das nossas gramáticas e, desse modo, constroem também o que podemos e não podemos dizer, mas com o modo como essas gramáticas são instrumentos de interacção humana e como moldam e são moldadas pela nossa existência (cf. Martin, Matthiesen & Painter, 1997: 1).

Com Halliday ou sem Halliday, com Chomsky ou sem Chomsky, quer-me parecer que é tempo de a linguística em Portugal passar definitivamente para a sua fase adulta, livre de relações de poder e mais preocupada com o que pode trazer de útil não apenas em termos de conhecimento, mas também com o que pode trazer de útil à comunidade e ao consumidor, isto é, o falante real que usa a língua para construir e verbalizar a sua experiência e a comunicar aos outros.

Referências

- Andor, J. (2004) The master and his performance: An interview with Noam Chomsky. *Intercultural Pragmatics* 1 (1), pp. 93–111.
- Beaugrande, R. de (1998a) Performative speech acts in linguistic theory: The rationality of Noam Chomsky. *Journal of Pragmatics* 29, pp. 765-803.
- Beaugrande, R. de (1998b) Society, Education, Linguistics, and Language: Inclusion and Exclusion in Theory and Practice. *Linguistics and Education* 9 (2), pp. 99-158
- Cameron, D. et al. (1992) *Researching Language: Issues of Power and Method*. London: Routledge.
- Capra, F. (1982) *The Turning Point: Science, Society, and the Rising Culture*. London: Flamingo.
- Castro, R. V. de (2003) Estudos linguísticos e ensino do português: conjunção, disjunção, rearticulação. In I. Castro & I. Duarte, eds.: *Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Vol. I. Lisboa: IN-CM, pp. 203-217.
- Cetina, K. K. (1999) *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Duarte, Inês (2004) Do sujeito e (dos objectos) do ódio. *Expresso-Actual*, 27 de Março: 20-21.
- Fairclough, N. (2005) Critical discourse analysis. *Marges Linguistiques* 9, pp. 76-94.
- Faria, I. H., E. Pedro, I. Duarte & C. A. M. Gouveia (1996) *Introdução à Linguística: Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Foucault, M. (1980) *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. Ed. by C. Gordon. New York: Pantheon Books.
- Halliday, M. A. K. (1964) Syntax and the consumer. *Monograph Series in Language & Linguistics*, 17. Washington, D.C.: Georgetown University Press, pp. 14-23.
- Halliday, M. A. K. (1978) *Language as a Social Semiotic: The Social Interpretation of language and Meaning*. London: Edward Arnold.

A LINGUÍSTICA E O CONSUMIDOR: TEORIA, POLÍTICA E POLÍTICA DA TEORIA

- Halliday, M. A. K. (2004) *An Introduction to Functional Grammar*. 3rd Ed. revised by C. M. I. M. Matthiessen. London: Arnold.
- Martin, J. R. (1998) Linguistics and the Consumer: The Practice of Theory. *Linguistics and Education* 9 (4), pp. 411-448.
- Martin, J. R. (2000) Grammar meets genre – reflections on the ‘Sydney School’. *Arts* 22, pp. 47-95.
- Martin, J. R., C. M. I. M. Matthiessen & C. Painter (1997) *Working with Functional Grammar*. London: Arnold.
- Pedro, E. (1992) Algumas questões sobre a prática da linguística. In *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, 1991*. Lisboa: APL, pp. 330-341.
- Prigogine, I. (1997) *The End of Certainty: Time, Chaos, and the New Laws of Nature*. New York: The Free Press.
- Santos, B. de S. (1987) *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. de S. (1989) *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. de S. (2000) *Para um Novo Senso Comum: A Ciência, o Direito e a Política na Transição Paradigmática*. Volume 1: *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*. Porto: Edições Afrontamento.